



EDITORA



UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das ciências



10455881

Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores

Mônica Castagna Molina
Fernando Michelotti
Rafael Litvin Villas Boas
Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das
Ciências Agrárias
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Equipe editorial

Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial

Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento
de imagem, produção gráfica,
vetorização de
figuras/gráficos/tabelas/quadros,
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio	
Roseli Salete Caldart.....	06

Apresentação	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro	
Jonas Duarte.....	218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

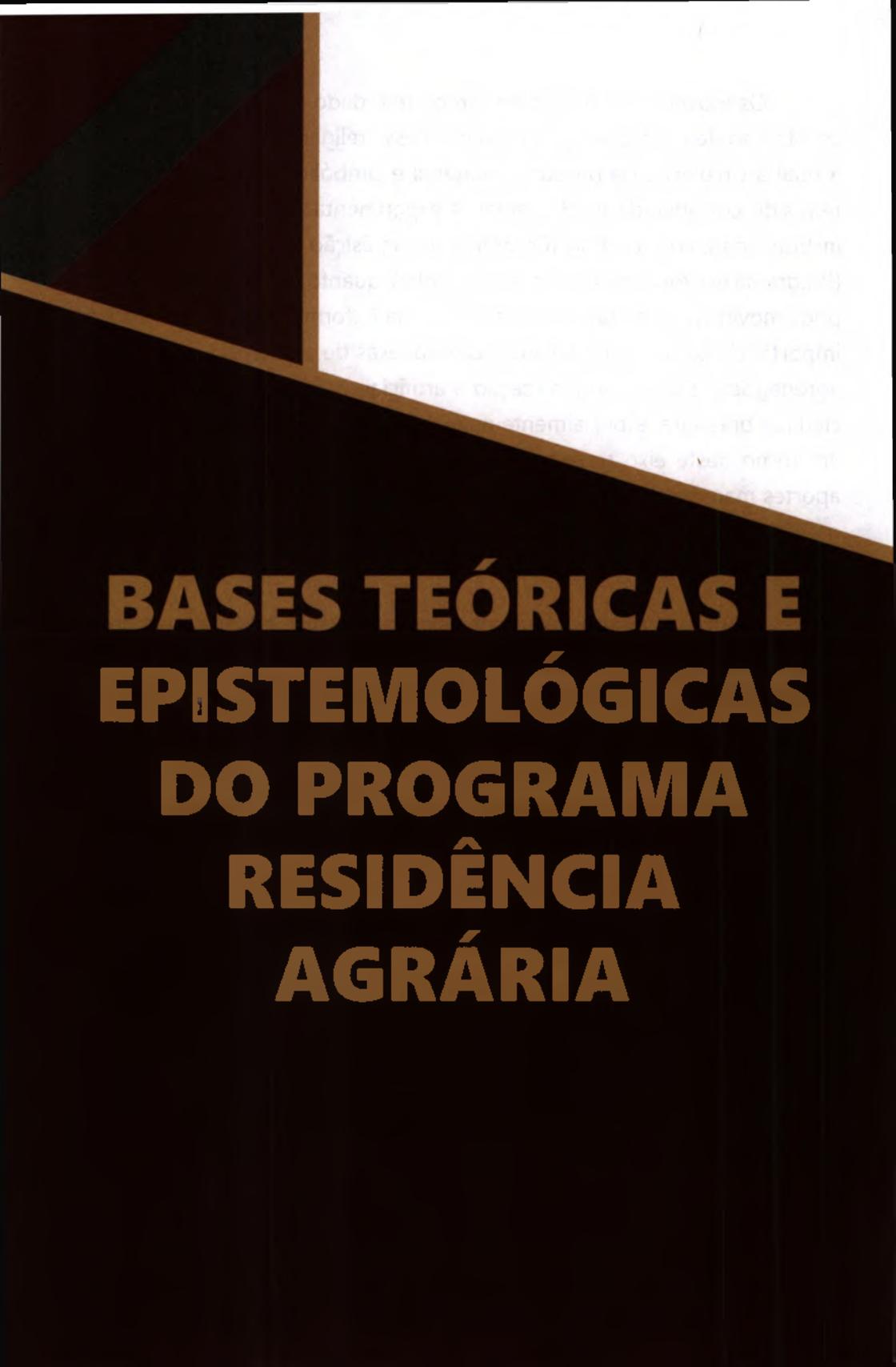
A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

Posfácio	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....	463
--	------------

A respeito dos Autores.....	467
------------------------------------	------------



**BASES TEÓRICAS E
EPISTEMOLÓGICAS
DO PROGRAMA
RESIDÊNCIA
AGRÁRIA**

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses

Clarice Aparecida dos Santos

**Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação
humana e à restauração revolucionária da relação
metabólica sociedade-natureza**

José Maria Tardin e Dominique Michèle Periotto Guhur

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses

Clarice Aparecida dos Santos¹

Introdução

O presente texto versará sobre a concepção de formação profissional contida na estratégia desenvolvida pela ação “Residência Agrária” como parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Trabalhar com esse princípio – a concepção na estratégia – remete a uma totalidade que atende aos requisitos de uma educação emancipatória na perspectiva de classes, neste caso, a dos camponeses como classe trabalhadora do campo.

Analisar do ponto de vista teórico uma ação realizada, ainda que em uma perspectiva temporal muito próxima (a grande e última ação do Programa foi a do Edital CNPq-MDA/INCRA nº 026/2012), constitui um desafio importante para que, por um lado, não se percam as intenções e as motivações que levaram o Pronera a realizá-la. Por outro lado, também é importante para que se afirme na história o próprio movimento e acúmulo presente no momento mesmo da decisão e de toda a movimentação para edificá-la. Esse movimento e acúmulo fazem parte de um projeto coletivo, tributário de um outro de sociedade, antagônico ao sistema do capital e necessariamente um projeto educativo que contém o seu devir.

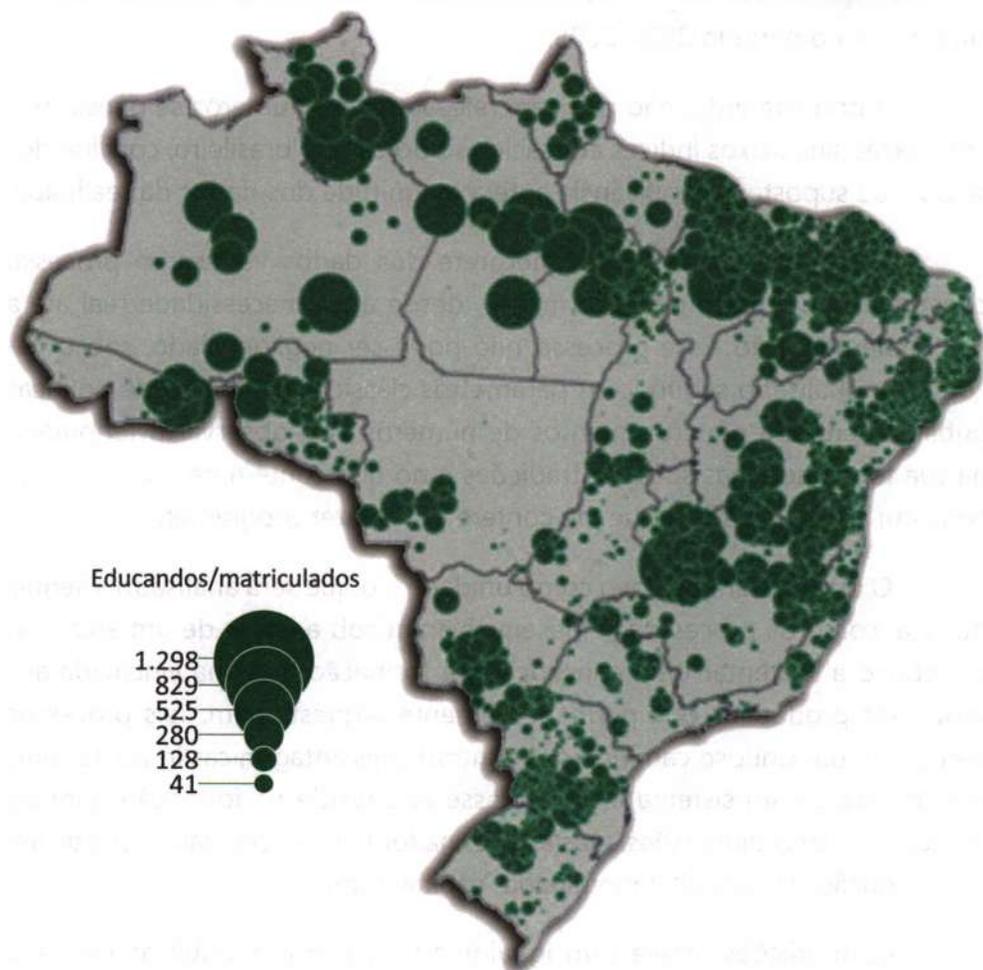
O acúmulo diz respeito ao fato de que, desde 1998, ano da criação do Programa, já se arquitetava uma sólida edificação da formação profissional dos assentados da Reforma Agrária em todos os níveis. A II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária (II PNERA), publicada em 2015, demonstrou essa afirmação em números e territorialidade.

¹Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Universidade de Brasília (UnB).

O mapa a seguir ilustra o panorama dessa formação profissional:

Figura 1: Educandos em cursos do Pronera (1998-2011)

**Mapa 3.2.1 -
Educandos/matriculados em cursos do Pronera por município de origem dos educandos (1988/2011)**



Fonte: II PNERA, IPEA/INCRA, 2015.

A Pesquisa comprovou que no período entre 1998 e 2011 mais de 170 mil pessoas se formaram pelo Pronera, a maior parte nos cursos da Educação de Jovens e Adultos (alfabetização e escolarização dos anos iniciais do ensino fundamental). No nível médio, envolvendo as modalidades “técnico concomitante”, “técnico integrado” e “profissional pós-médio”, foram 65 cursos envolvendo cerca de 7.379 pessoas. No ensino superior, a graduação aparece com 42 cursos, 3.323 pessoas, além da Pós-Graduação com 12 cursos de Especialização, alguns deles da primeira versão do programa Residência Agrária no período 2004-2005.

À primeira vista, não parecem relevantes tais números se pensarmos em relação aos baixos índices educacionais do campo brasileiro, concluindo-se por sua suposta insignificância ante a magnitude dos dados da realidade.

Entretanto, exige-se do intérprete dos dados verificar o processo constituído no âmbito dessa formação, desde a sua necessidade real até a sua implementação. Esse processo não pode ser negligenciado, sob o risco de ser analisado segundo os parâmetros clássicos da análise de políticas públicas centrada em cruzamentos de números sem observar o fenômeno na sua totalidade, nas suas contradições e no que contém de novo, no que constitui a sua unidade e que lhe confere um caráter programático.

O que contém de novo como unidade é o que será analisado a seguir, ou seja, como os processos se desenvolveram sob a égide de um arcabouço teórico a sustentar uma concepção de formação humana vinculada aos processos produtivos que permanentemente a questionam. Tais processos percorrem um sinuoso caminho das contradições antagônicas impostas pela hegemonia de um sistema cujo interesse não reside na formação humana em todas as suas dimensões, mas apenas na formação necessária à produção e reprodução do capital, denominada “capital humano”.

Contradições atravessam igualmente as políticas públicas pela sua própria natureza, pois incidem definitivamente sobre a correlação de forças que está na sociedade. Não foi sem conflitos institucionais de toda ordem que se instituíram tais políticas. As forças da conservação, da manutenção dos privilégios dos ricos e do capital sobre o orçamento público estão pre-

sentos em cada normativo legal do Estado brasileiro. Enfrentá-los no âmbito institucional, ou seja, de dentro do Estado, para colocar uma pequena parcela a mover-se pelos trabalhadores constitui uma determinação em que é preciso combinar a ação de massas dos movimentos camponeses com a ação institucional, a ação na burocracia do Estado.

Os elementos estruturantes da estratégia do Residência Agrária em relação aos assentamentos da Reforma Agrária

Existe uma saída do labirinto perigoso das contradições antagônicas desse sistema? Onde estão as lacunas a serem expostas e quais são as alavancas eficazes a serem acionadas no interesse da mudança sistêmica necessária? Esses são os problemas sobre os quais agora devemos nos debruçar (MÉSZÁROS, 2015, p. 87).

A ação Residência Agrária foi criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2004, por meio da Portaria INCRA-MDA nº 57/2004, e iniciou sua execução com cinco projetos-piloto desenvolvidos em âmbito regional, integrando uma rede de universidades trabalhando entre si. Foram convidadas, pela Região Norte, a Universidade Federal do Pará (UFPA); pela Região Nordeste I, a Universidade Federal do Ceará (UFC); pela Região Nordeste II, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); pela Região Centro-Oeste, a Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat); pela Região Sudeste-Sul, a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A Residência Agrária tem por objetivo “adotar uma nova concepção de assistência técnica, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária e dos agricultores familiares”, segundo Molina e Sá (2014, p. 90).

Originalmente, a ação visava à qualificação dos estudantes das Ciências Agrárias que estivessem interessados em uma formação para atuar na política de assistência técnica nos assentamentos e comunidades rurais. Integrava a ação um Curso de Especialização com bolsas para estudantes (desde o último semestre da graduação, para a realização de estágio de vivência nas comunidades) e docentes das instituições de ensino superior.

A então Coordenadora Nacional do Pronera, na Apresentação de livro publicado por ocasião dos 10 anos do Programa, fez um balanço daquela experiência, observando que o Residência Agrária deve

[...] articular os conhecimentos necessários à Reforma Agrária como eixo de projeto de desenvolvimento, sua relação com educação e com educação profissional. Também, para enfrentar os limites da baixa especialização no trabalho do campo, que compromete a produtividade do trabalho. Para pensar novas relações de trabalho e a organização da produção, novas tecnologias para a pequena produção e produção em escala, com base na agroecologia e na cooperação e, acima de tudo, para enfrentar os próprios limites organizativos dos camponeses e contribuir para a consolidação da organização social, essencial no desenvolvimento (MOLINA et al., 2014, p. 9).

A ação teve uma interrupção de seis anos, em razão de ter sido a principal atingida pela proibição do pagamento de bolsas. Quando foi novamente autorizado o pagamento de bolsas por lei aprovada no Congresso Nacional em 2012, o Pronera, em conjunto com a Coordenação de Assistência Técnica, Social e Ambiental (Ates) do INCRA, mobilizou orçamento e apoio político da direção da autarquia para alavancar uma ousada iniciativa de (re)colocar o Residência Agrária na agenda das universidades.

Em 2012, data do relançamento da ação², o Brasil contava com mais de um milhão de famílias assentadas em uma área superior a oitenta e sete milhões de hectares de terra. Tal realidade aponta possibilidades concretas de ruptura das relações capitalistas nesses territórios, tanto pelo contingente

²É necessário registrar que tratamos de relançamento da ação, pois originalmente foi lançada em 2004 como projeto-piloto, tendo passado por um período de revisão, avaliação interna do INCRA, para ser retomada em 2012.

populacional envolvido quanto pela representatividade em termos de dimensão territorial. Não pensar as condições em que essa possibilidade possa se desenvolver significa apenas mudar as terras de mãos (ainda que não seja pouco significativo num quadro de elevados índices de concentração de terras nas mãos de poucos donos) para seguir com o mesmo e histórico processo: a mobilização de imensos contingentes populacionais para os negócios capitalistas no campo.

Mészáros analisa que toda a produção da humanidade sob a ordem sociometabólica do capital nada mais é do que mercadoria, pela "*centrifugalidade* necessária de seus microcosmos materiais, os quais são esperados para garantir as condições de reprodução social como um todo" (MÉSZÁROS, 2015a, p. 17).

A perspicácia de tal afirmação não está em si mesma, mas em como ela efetivamente se manifesta na realidade. Grande parte dos assentamentos de trabalhadores rurais no Brasil não superou a lógica sociometabólica a que se refere Mészáros, ainda que a nova condição de assentados tenha-lhes permitido novas formas de se relacionarem com a terra e o território, especialmente no que se refere a novas formas de produzir e o que produzir, incluindo as relações de trabalho.

Pensar e agir sobre os elementos que organizem a superação dessa ordem significa elaborar o projeto formativo dos camponeses em torno de um projeto de campo em que o próprio modo de organizar o trabalho e os processos produtivos sejam formadores de uma nova ordem.

O processo formativo é um desses elementos de mediação necessária para elevar os desafios de sua imediata resolução a um patamar de compreensão na sua totalidade diante das múltiplas determinações que o compõem.

Nessa perspectiva, é que o diálogo permanente com os movimentos sociais populares que organizam a luta pela Reforma Agrária torna-se fundamental, uma vez que não se revela possível na nossa perspectiva teórica e política fazê-lo de dentro das instituições para fora. Esse processo material da política de assentamentos articulado com um acúmulo político-pedagó-

gico, construído em mais de uma década de relações engendradas e amadurecidas dentro do Pronera, provocou mudanças importantes a respeito da concepção de políticas públicas tanto para as instituições públicas quanto para os próprios movimentos sociais populares.

Desse permanente diálogo é que brotam os desafios trazidos da materialidade para a concepção de um projeto formativo dos camponeses, a ser materializado na política pública. Daí emergem categorias que aportam contribuições para a organização de uma estratégia, porque se articulam em coerência com a inexorável disputa de poder que se estabelece ao se tomar a decisão de enfrentar o problema do projeto de campo nas suas várias dimensões.

As categorias com as quais trabalhamos dizem respeito à **"propriedade econômica, a capacidade de ativar os meios de produção e de comandar os processos de trabalho"** (POULANTZAS, 2000, p. 33, grifos nossos).

As três categorias apontadas por Poulantzas requerem apreciação na sua indissociabilidade, pois não se limitam a apontar soluções imediatas, mas oferecer indicadores a serem considerados para a permanente reflexão sobre os processos em curso, a fim de aperfeiçoá-los na perspectiva das transformações necessárias de interesse e necessidade dos trabalhadores.

A propriedade econômica em questão é a posse da terra na condição de assentamento. É a condição objetiva para que seja efetivamente estabelecida a possibilidade de enfrentamento com o modelo hegemônico, desde que atendidas duas condições: a) desenvolver a capacidade de mobilizar todos os recursos disponíveis (políticos, econômicos, laborais e formativos); b) organizar os processos de trabalho e cooperação de maneira a que sirvam à produção de riqueza e promoção humana e social das comunidades em equilíbrio com a natureza.

Para tanto, o processo formativo dos trabalhadores camponeses está desafiado a cumprir o dever de organizar os conhecimentos e o método necessários àquele fim. Essa é a estratégia que dá sentido ao Residência Agrária à medida que, se articulado a outras ações (Assistência Técnica e Extensão

Rural - ATER, Programa Terra Forte, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), forma uma espiral positiva de ações em torno do alcance da estratégia.

Todavia, este debate deverá ainda ser aprofundado e mais bem compreendido. Trata-se aqui de compreender os elementos do processo formativo dos camponeses desde o polo do trabalho, na perspectiva da negação e da destruição da ordem sociometabólica do capital. Negação e destruição implicam, ao mesmo tempo, em construção de um projeto educativo que contenha em si os enunciados da nova ordem a ser construída.

Processo formativo e projeto educativo dos camponeses³

Considero pertinente esclarecer a distinção entre processo formativo e projeto educativo no âmbito do texto para não suscitar dúvidas, embora a utilização ora de um conceito, ora de outro seja necessária para qualificar processos que, no meu entender, contêm diferenças.

Já temos suficiente elaboração científica, inclusive na base legal que sustenta o sistema educacional, de que o processo formativo dos trabalhadores e, neste caso, dos camponeses é o processo da vida toda, do trabalho, da cultura, das lutas, da organização, da produção, enfim realiza-se independentemente da condição de escolarização dos trabalhadores.

Associo-me, nesse entendimento, aos estudiosos do tema que consideram os conhecimentos necessários ao trabalho com a terra, com a natureza, com os animais, para daí se reproduzirem como camponeses, como conhecimento científico, dada a complexidade de mecanismos físicos e mentais

³Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2000, p. 116-130 apud CARVALHO; COSTA, 2012, p. 115).

mobilizados para a realização de seu trabalho. Todos os recursos constituem seu processo formativo: são os conhecimentos práticos da experimentação, da observação, do planejamento da produção (seja para o autossustento da família, seja para a comercialização), da cronologia do tempo do plantar e colher, de colocar uma galinha para chocar ou uma vaca para cruzar, a saber, da tecnologia envolvida no trabalho do campo.

Contudo, no âmbito do sistema do capital e no caso do campo, subjugado à hegemonia do modelo e da tecnologia associada ao agronegócio, o processo formativo encontra-se capturado por suas leis. Encontra-se sociometabolizado, de acordo com Mészáros (2015a), porque produtor de riqueza social, ou seja, nada que diga respeito à produção de riqueza está imune à configuração do capital.

Os ideólogos do sistema do capital instituíram no imaginário da sociedade e dos próprios camponeses uma classificação para o campo como sinônimo de atraso. Assim o fizeram, em parte, para desconstituir esse lugar, eliminá-lo do ideário das gerações como lugar de vida e transformá-lo em lugar de produção de mercadorias. Porém, o atraso atribuído ao campo tem ainda outra conotação, e ela está vinculada à necessidade de eliminar o processo formativo próprio da natureza do seu trabalho, que induz a um processo formativo de classe quando os camponeses começam a se reconhecer nas suas práticas, no seu trabalho, como portadores de conhecimentos, produtores de tecnologias.

A artificialização dos processos de produção por meio dos adubos químicos, venenos, transgênicos, entre outros, altera substancialmente a relação dos camponeses com a terra e com a natureza, aniquilando seus conhecimentos ancestrais e determinando a dependência tecnológica em face das grandes corporações que controlam os negócios da agricultura em âmbito mundial. Esse processo contém alto potencial formativo, à medida que se assenta sobre os progressos da tecnologia e se reproduz pelos seus extraordinários efeitos sobre a emancipação do trabalho braçal e penoso do campo.

No entanto, insiste Marx (apud LOSURDO, 2015, p. 300) que essa humana "capacidade científica objetivada", a tecnologia e seus prodigiosos resultados, não é tão óbvia assim.

Enquanto a ciência continuar a ser obrigada a servir ao capital, o desenvolvimento tecnológico não será de modo nenhum sinônimo de riqueza social. [...] A história real demonstra que tal desenvolvimento tecnológico, no âmbito da sociedade capitalista, pode ter consequências catastróficas para as classes subalternas.

Aos ideólogos do sistema do capital, essa variável do processo formativo é fundamental para seus intentos, uma vez que lhes interessa como condição fundamental para a acumulação a disposição de contingentes populacionais com limitada e flexível capacidade de assimilação da maquinaria capitalista e suas tecnologias no campo, porém alienados dos resultados do seu trabalho e, portanto, disponíveis à exploração.

Alienados, porque não questionam os meios de trabalho a que se refere Marx, que "constituem-se monopólio do capital, inclusive o monopólio sobre as fontes de vida" (MARX, 2012, p. 26), persistindo as condições de "subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual" (p. 30 e 31).

A imprescindível luta dos camponeses pela condição fundamental para a realização de sua existência, a terra, e pela ruptura da base fundamental da exploração e da alienação inaugura um novo processo formativo, ao mesmo tempo que estabelece as bases para um novo projeto educativo de ruptura da formação na perspectiva do capital humano e na afirmação da perspectiva da formação humana pelo trabalho. Para Barata-Moura (2015, p. 7), "é na medida em que trans-formam, que trabalho e educação, na unidade de um mesmo movimento, *formam*".

Entende-se o projeto educativo como inseparável do processo formativo no âmbito da institucionalidade, da intencionalidade formativa, do domínio dos instrumentos e mecanismos de compreensão e crítica às práticas, dos conhecimentos sistematizados, do estatuto da dúvida, da incerteza, da provisoriedade da verdade e principalmente da certeza da possibilidade de inventar novas formas de viver, produzir, existir como classe.

O caráter da construção desse projeto enuncia seu próprio conteúdo na inseparável equação entre conteúdo e forma. A afirmação da construção

do processo *com* os trabalhadores, neste caso com os camponeses e suas organizações, enuncia que se trata de um projeto *dos* camponeses. Considero relevante essa afirmação para remarcar que a melhor e mais revolucionária concepção de educação dos trabalhadores estará sempre sujeita às armadilhas da ordem do capital a ele subjugada (ainda que aparentemente se anuncie o contrário) se não estiver sob o comando dos trabalhadores e de suas organizações de classe. Se não estiverem vinculados a seus processos de trabalho, aos processos produtivos por eles engendrados, que desafiam e tensionam permanentemente seu processo formativo.

Assim, foram as experiências educativas formuladas e sistematizadas pelos educadores-teóricos (porque pensaram sobre sua prática educativa), como Pistrak⁴, Krúpskaya⁵ e Shulgin⁶, nas primeiras décadas do século XX durante a Revolução Russa. Foram processos educativos elaborados e realizados diante de grandes desafios, como o desenvolvimento da capacidade produtiva, mas também intelectual dos trabalhadores, em meio a um processo revolucionário de transição para o socialismo.

No caso do Residência Agrária, aprendeu-se muito das referências de processos desenvolvidos em algumas escolas de assentamentos, do processo formativo não formal/não escolar realizado pelas organizações populares do campo. Aprendeu-se também a partir da conjunção dessas organizações com as universidades naquilo que podemos denominar de “testamento de práticas”, práticas essas que vão se constituindo em legados que ocasionalmente, se a correlação de forças permitir, legitimam-se no campo da política.

O processo formativo dos camponeses assentados, como resultado de grandes e decisivas lutas, conflitos e enfrentamentos de toda ordem, exige um novo projeto educativo para responder àquelas duas condições para o enfrentamento da hegemonia do capital (no campo) e a construção de um novo polo de poder, quais sejam: ativar os meios de produção e comandar

⁴PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵KRÚPSKAYA, N. La educación laboral y la enseñanza. Moscou: Editorial Progreso, 1986.

⁶SHULGIN, V. N. Rumo ao politecnismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

os processos de trabalho. “A luta de classes é chamada, mais uma vez, a contrastar esses processos” (LOSURDO, 2015, p. 301).

Buscamos nos referenciar no princípio educativo do trabalho que, a nosso ver, sintetiza o que buscam os camponeses organizados em torno de um novo projeto de campo e um novo projeto educativo como condições essenciais para a superação da condição alienante do trabalho.

Para Marx, a mediação de primeira ordem – a atividade produtiva como tal – é um fator ontológico absoluto da condição humana [...], e absoluto porque o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações da natureza realizadas pelo trabalho (FRIGOTTO, 2010a, p. 37).

Por se tratar de projetar o novo de dentro da ordem do capital, a relação entre trabalho e educação, e entre projeto educativo e processos produtivos está atravessada por contradições. Desse modo, a condição fundamental é o rompimento da separação entre a ciência (como trabalho intelectual) e o trabalho manual.

Em seu documento *Que educação profissional, para que trabalho e para que campo?*⁷, o MST declara:

Como parte de uma política de desenvolvimento sócio-territorial, a Educação Profissional do Campo deverá incluir a produção e socialização de tecnologias próprias à agricultura camponesa do século XXI. Isso significa pensar a formação profissional para o trabalho do campo numa outra lógica, porque não se trata de preparar para o mercado de empregos nem mesmo para o trabalho assalariado; trata-se de formar profissionalmente trabalhadores que produzem (ou que estão lutando e se desafiando a produzir) sua existência desde seu próprio território (MST, 2007, p. 12).

⁷Documento do Seminário sobre Educação Profissional para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul. Iterra, Veranópolis/RS, junho de 2007.

Frigotto (2010b, p. 14) refere-se à “natureza da relação entre educação e processo produtivo, uma vez que capta a existência do vínculo, mas não de forma direta e imediata, mas indireta e mediata”, ao dizer que “o específico da escola não é a preparação profissional imediata. Sua especificidade situa-se no nível da produção de um conhecimento geral” (p. 169) que se articula com o “desenvolvimento das condições técnicas e sociais de produção **em diferentes níveis e mediações**, guardando uma relação efetiva com a estrutura econômico-social capitalista” (p. 177, grifos nossos).

Nessa compreensão, a vinculação entre projeto educativo e processos produtivos ganha importância na medida em que a forma como se organiza o processo produtivo – o que se produz, como se produz e como se organizam os processos de trabalho – revelará muito do seu conteúdo formativo.

Procuramos estabelecer critérios desde a seleção dos projetos a serem apoiados pelo Programa Residência Agrária e mesmo ao longo de seu desenvolvimento pelas universidades, que indicassem a intencionalidade do projeto educativo que estávamos a estimular.

Assim, algumas exigências foram estabelecidas, dentre as quais a vinculação entre os processos de trabalho nos quais estivessem envolvidos os estudantes dos cursos de Pós-Graduação com a pesquisa como lugar de sistematização entre o trabalho intelectual e o trabalho no campo. Além disso, exigiu-se a produção de novos conhecimentos pelos próprios camponeses, em resposta às questões emergentes desses processos, de seu *que fazer*, elemento crucial em vista dos grandes desafios identificados e das estratégias levadas a cabo, no sentido da afirmação e sustentação de um projeto de campo a partir dos interesses e necessidades dos camponeses.

Procurou-se assegurar nas linhas de pesquisa a formação integral envolvendo todas as dimensões do ser humano como parte desse projeto, abarcando temas associados diretamente à produção, como agroecologia, cooperação, economia solidária, compras públicas, além das áreas de comunicação, artes, direito e meio ambiente. Alguns projetos se desenvolveram na interdisciplinaridade, envolvendo duas a três das áreas, de acordo com os desafios de cada realidade.

Conforme Mészáros (2002, p. 113), "as formas e os recursos [...] se alteram de acordo com a modificação das relações de forças no país e no exterior devido à mudança nas circunstâncias históricas". Desse modo, ainda que vivamos na atualidade uma profunda alteração na relação de forças desfavoráveis aos trabalhadores, podemos afirmar que, por meio do Programa, desenvolveu-se efetivamente um processo formativo *com e dos* trabalhadores, sustentado e estruturante de um projeto educativo dos camponeses.

Referências

BARATA-MOURA, J. O trabalho da educação. **Revista Trabalho Necessário**. Rio de Janeiro, n. 20. p. 5-21, 2015.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária**. Relatório. IPEA-INCRA, 2015.

CARVALHO, H. M.; COSTA, F. de A. Campesinato. In: CALDART et al. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 115-122.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010a, p. 25-41.

_____. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Editora da Unicamp, 2002.

_____. **A montanha que devemos conquistar**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. de. Educação superior do campo: contribuições para a formação crítica dos profissionais das ciências agrárias. In: MOLINA, M. C. et al. (Orgs.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera**. Brasília: MDA, 2014. p. 90-116. (Série NEAD Debate 22).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Que educação profissional, para que trabalho e para que campo? **Documento do seminário sobre educação profissional para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul**. ITERRA. Veranópolis/RS, (Mimeo), 2007. 14p.

POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ଅଧିକାରୀଙ୍କୁ କାର୍ଯ୍ୟରେ ଉତ୍ସାହ ଦେବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

କାର୍ଯ୍ୟକ୍ରମର ଉଦ୍ଦେଶ୍ୟ ଓ ଉପାଦାନଗୁଡ଼ିକ ସ୍ପଷ୍ଟ ଭାବରେ
 ଲୋକଙ୍କୁ ଜଣାଇବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ । ଏହାକୁ ସମ୍ପୂର୍ଣ୍ଣ ଭାବରେ
 ଗ୍ରହଣ କରିବାକୁ ଚାହୁଁଥିଲେ ।

ଉପାଦାନ

ଉପାଦାନ ହେଉଛି ଏକ ପ୍ରକାର ଉପାଦାନ ଯାହା ଉପାଦାନ
 ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ
 ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ

ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ
 ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ

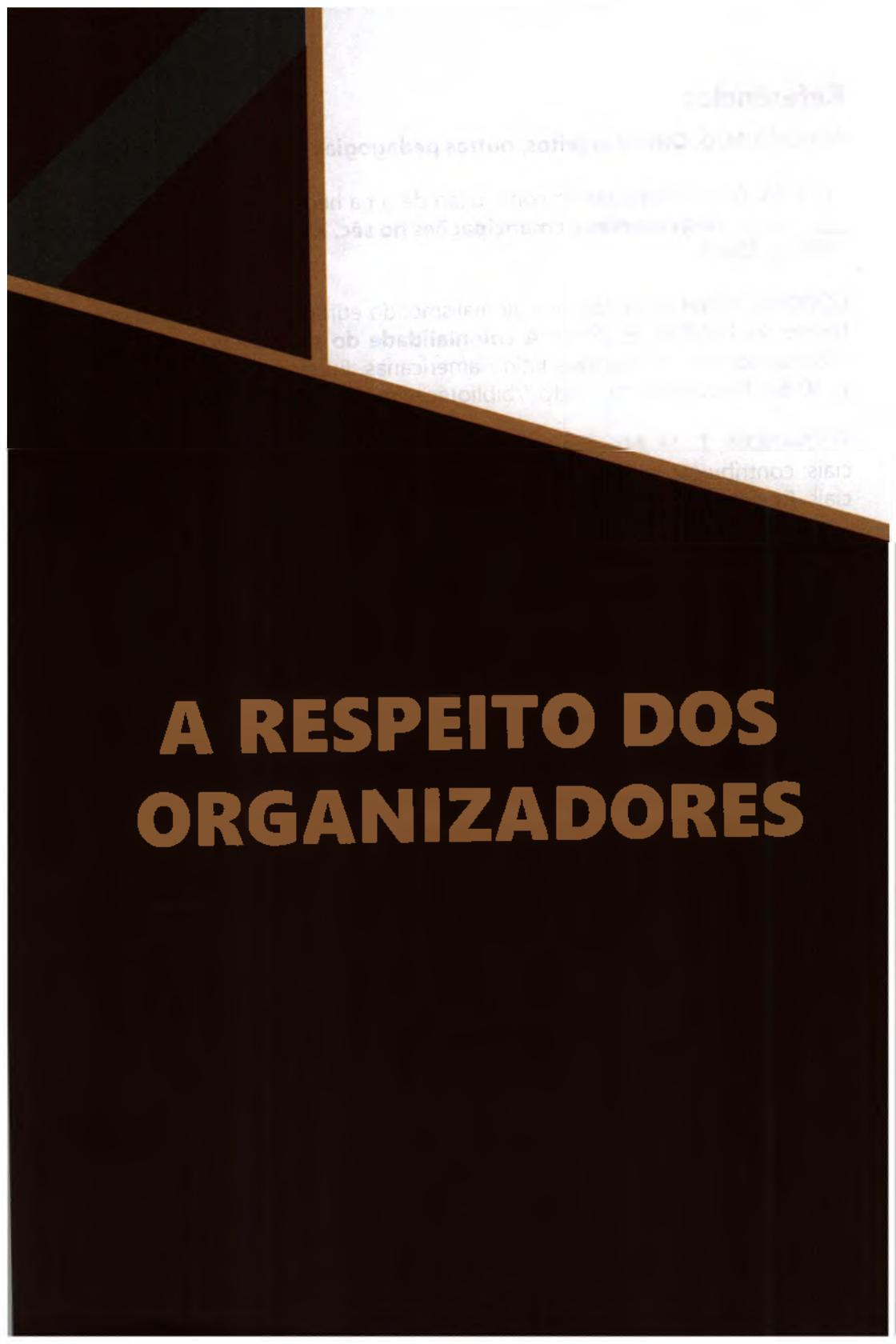
ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ
 ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ

ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ
 ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ

ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ
 ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ

ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ
 ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ

ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ
 ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ ଉପାଦାନ



A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS
AUTORES



**A RESPEITO DOS
AUTORES**

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaury da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baidés: Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perieto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaina Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG).

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salete Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

